



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
De Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
1507

SUA COMUNICAÇÃO DE
27-05-2019

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 2888/2019
ENT.: 3179/2019
PROC. Nº: 16/2019

DATA
23-10-2019

ASSUNTO: Pergunta nº 2128/XIII/4ª de 27 de maio de 2019 - Abate de árvores em estradas no distrito de Santarém

Na sequência do Ofício acima identificado, e em resposta à pergunta n.º 2128/XIII (4.ª) formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação de, relativamente às questões colocadas, enviar a seguinte informação:

A atuação da Infraestruturas de Portugal relativamente ao abate de árvores não se resume ao cumprimento de legislação em vigor referente à Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

Enquanto gestora das infraestruturas rodoferroviárias, a IP toma as medidas necessárias de acordo com cada situação em concreto, pelo que, na base da decisão para o abate de espécies arbóreas, poderão estar problemas de segurança, fitossanitários, vegetativos, mecânicos, de localização ou o cumprimento de obrigações legais, nomeadamente no âmbito da legislação em vigor relativa à DFCI. Deste modo, apenas as árvores com estatuto especial de proteção têm de ser autorizadas pelo ICNF para que se possa proceder ao seu abate, princípio também aplicável a algumas espécies em contexto de Área Protegida.

No que respeita à seleção de árvores para abate, a prática corrente da IP assenta na análise efetuada por técnicos da empresa com formação adequada, que identificam as necessidades de intervenção na arborização, de acordo com critérios relacionados com as características desses exemplares, da área onde se inserem e da via onde se situam.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Neste âmbito, são tidas em conta características dos exemplares, tais como valor ecológico, paisagístico e cultural, conformação e dimensão dos exemplares, equilíbrio da copa, ocorrência de ramos que perturbem a circulação, estado fitossanitário, sinais de perturbação da estabilidade mecânica da árvore, bem como as características do espaço envolvente e da via onde se encontram. Da análise conjunta destes fatores resulta a opção de intervir num determinado exemplar arbóreo, a determinação do tipo de intervenção mais adequada, da periodicidade da realização de intervenções ou da possibilidade de efetuar nova plantação.

No que respeita à DFCI, em função do objetivo primordial da legislação em causa, a redução do risco de propagação de incêndio, e tendo sempre em conta a missão de salvaguardar a segurança na circulação rodoviária, estabeleceram-se critérios a seguir na seleção dos exemplares arbóreos a abater para o cumprimento do Anexo ao Decreto-Lei nº 10/2018, de 14 de fevereiro.

Assim, a seleção de exemplares a abater no âmbito da DFCI tem sido pautada pelos seguintes critérios:

- Exemplares que se encontrem secos ou decrépitos;
- Exemplares de espécies invasoras;
- Pinheiro bravo e eucalipto em zonas de povoamento;
- Árvores inclinadas sobre a via;
- Árvores mal-conformadas;
- Árvores demasiado próximas da faixa de rodagem.

Com a aplicação destes critérios pretende-se preservar as espécies autóctones, de menor combustibilidade, tais como carvalhos, sobreiros, azinheiras, zambujeiros, pinheiros mansos, entre outras, bem como exemplares de outras espécies com interesse paisagístico.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Gonçalves